

II

MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO DURANTE A DÉCADA DE 1990*

Mayris de Paula Silva

Introdução

Este trabalho trata das memórias sociais de mulheres participantes do movimento estudantil na década de 1990 em universidades públicas do Estado de São Paulo. O estudo compreendeu cada uma delas como sujeitos históricos, políticos e sociais, tendo como principais referências para análise os estudos feministas e de gênero¹.

Os relatos trazem para a discussão o modo como as temáticas feministas e de gênero aconteciam no movimento estudantil. As entrevistadas contaram suas participações. Como descrito por elas, o movimento estudantil da década de 1990 era reconhecidamente hierarquizado e de predominância masculina. Suas narrativas se constroem por meio de suas atuações e formações políticas, tendo as categorias de gênero e educação como eixos de análise.

A metodologia utilizada foi a história oral temática, como forma de trazer a público as histórias e memórias narradas pelas entrevistadas. Foram realizadas 4 entrevistas com mulheres que participaram da base do movimento estudantil. As temáticas das entrevistas foram relacionadas a participação, gênero e educação. As memórias relatadas dão visibilidade à conjuntura política da década de 1990, abrangendo os contextos da universidade, do movimento estudantil e da sociedade em geral. Em suas histórias são abordadas narrativas que contextualizam suas relações de gênero e feminismo dentro do movimento estudantil.

*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.41-56

¹ Este capítulo é uma síntese da dissertação de mestrado que defendi no Programa de Pós-graduação em Educação, UFSCar, campus Sorocaba (SILVA, 2016).

Este enfoque teórico-metodológico constituído pela memória juntamente com a história oral pretendeu a construção da recuperação da relação sujeito-história-política. Tratou-se das relações estabelecidas entre si e o mundo - nas redes subjetivas e práticas formadas por meio de suas experiências sociais. A memória, assim, quando evocada se torna uma forma de conservação ou elaboração do passado, como apontado por Bosi (1994).

Diante destes fundamentos, partimos da premissa de que as contribuições dos estudos de gênero e das mulheres para o campo da história e da educação são relevantes pois rompem com o silenciamento de mulheres no passado, bem como colocam reflexões metodológicas fundamentais para a pesquisa em educação, quando atenta para importância da sensibilidade e da subjetividade como objetos de estudo. Esta premissa é resultado de reivindicações de movimentos feministas que denunciaram a invisibilidade das “mulheres” na história e apontaram para a necessidade de resgate das memórias femininas, visto que marcam uma especificidade de objeto, mas também uma possibilidade teórico-metodológica propriamente feminista, tal como analisado por Rago (1998).

Suas memórias são repletas de significados, sendo que a rememoração do vivido e de seus relatos também abrangem o contexto político e econômico, quando o ensino universitário ainda estava marcado pelo passado recente da ditadura-civil militar brasileira, bem como da política neoliberal, que contribuiu para um sucateamento e uma forte tentativa de privatização das universidades públicas brasileiras e para a expansão do ensino privado. Entende-se que a política neoliberal se mostrou uma ferramenta para sucatear os diversos bens públicos, como a educação, saúde e de diversos direitos dos cidadãos. Deste modo, a pesquisa pode contribuir para os estudos do movimento estudantil na perspectiva da memória, educação, estudos feministas e de gênero.

Metodologia da pesquisa: História oral temática como desenho da memória

[...] Não há vidas sem sentidos, e não há histórias de vida sem significado. Existem apenas histórias de vida com as quais nós (ain-

da) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecem, por essa razão, obscuras (PATAI, 2010, p. 19).

A história oral, como metodologia, ajuda a recuperar a relação do sujeito-história-política, relação essa vivenciada pelas “minorias”, mas que antes era pouco utilizada por se tratar de uma experiência subjetiva, da qual o interesse de investigação surge ao se trazer ao mundo público histórias e memórias subjetivas de sujeitos que participaram da história e que tensionaram questões entre o privado e o público”

Desde que a história da vida privada deixou de se opor teoricamente à história da vida pública, foi possível dar conta de uma série de elementos antes relegados à historiografia, à crônica, ao jornalismo, à biografia, ou a outros gêneros considerados “menores”. É interessante observar como essa inflexão historiográfica contribuiu para a construção de uma história das mulheres. Situa-das na área sombria da história – a esfera privada – as mulheres passaram a se constituir em objeto da reflexão histórica (GARCIA, 1997, p. 324):

Aquilo que é significativo permanece ativo, intacto ou completamente alterado pela lembrança ao entendermos que a constituição da memória é mantida pelas relações práticas e subjetivas. Temos dificuldades em considerar como real aquilo que não foi testemunhado por todos. Muitos acontecimentos perdem-se, pois não são falados, não são conversados entre os indivíduos.

Como afirma Suely Kofes (2001, p.12), “a memória se constrói no jogo entre lembranças e esquecimento e, no plano dos agentes, no embate entre o que é lembrado e o que é esquecido, entre o narrável e o inenarrável”, de modo que contar uma história é um jogo. Em seu livro, por exemplo, a autora destaca a história de Consuelo Caiado e com esse “jogo” constrói a narrativa dessa mulher ora tida como “esquecida” pelas narrativas dos outros, ora sem narrativa, sem ser lembrada pelo esquecimento arbitrário para se manter como uma história escondida de todos. Uma história composta de narrativas e oralidades sobre uma experiência,

uma experiência esquecida que ao ser lembrada, ao ser pensada muitas vezes emerge como uma falha de memória das pessoas.

A metodologia da História Oral, neste caso, não supõe a busca de verdades, nem de verdades da história oficial para contrastarem com o dito pelas pessoas entrevistadas. A relevância de seu caminho de pesquisa, portanto, está em representar de que modo a história é significada e dá sentido a vida dos sujeitos.

Essa forma de pesquisa aborda as influências sobre as histórias relatadas e transcritas no presente trabalho. Nesse sentido, traz visibilidade à memória relacionada aos fatos vivenciados que não estão presentes em livros escolares, pois não é a história aprendida na escola, mas sim uma história que tem o seu valor, pois aborda contextos de sujeitos oferecendo sentido social às memórias das minorias culturais. A narrativa e a memória tornam-se História. As narrativas adquirem forma ao serem relatadas, contadas e lembradas, fazendo relação com o tempo não por acidente, mas por estarem alinhadas também às vivências históricas desses sujeitos. Assim, “enquanto dimensão configurativa de toda experiência, a narrativa, que ‘outorga forma ao que é informe’, adquire relevância filosófica ao postular uma relação possível entre o tempo do mundo da vida, o tempo do relato e o tempo da leitura” (ARFUCH, 2010 p. 112).

Com base nestas posições metodológicas e com a premissa e importância da compreensão da oralidade feminina e das relações de gênero presentes no movimento estudantil, está pesquisa contou com a metodologia de história oral temática e teve seu foco nos seguintes temas: a) participação, b) gênero e c) educação. Todos os temas possuem abordagem teórica e são postos em significação por essas mulheres. Participaram das entrevistas, quatro mulheres residentes no Estado de São Paulo e atuantes no movimento estudantil durante a década de 1990. As entrevistadas tinham entre 40 e 48 anos. Três professoras universitárias e uma professora da rede pública. Quando concordaram em participar da pesquisa, todas assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde os objetivos e finalidades do estudo estavam descritos. Os nomes aqui apresentados são pseudônimos escolhidos pelas próprias entrevistadas. Os temas da pesquisa foram apresentados a todas as entrevistadas, mas os caminhos foram tecidos de maneira única por cada uma delas.

Cosentino (2013) ao abordar a técnica de entrevista na história oral ressalta que:

[...] o entrevistador lista uma série de temas que serão trabalhados durante a conversa e deixa que o participante fale acerca dos mesmos. O roteiro, feito antes da realização da entrevista, exige que o entrevistador conheça a história e o participante, a fim de que os assuntos mais relevantes sejam abarcados. Embora a lista de temas deva ser a mesma para todos os entrevistados, podem sugerir novos temas durante a entrevista (COSENTINO, 2013, p. 28).

A questão central nos relatos das mulheres foi desvelar sua história no movimento estudantil, bem como o que a memória social desmistifica sobre a atuação feminina nos espaços predominantemente masculinos. As representações do movimento estudantil experienciados por essas mulheres foram de Universidades públicas localizadas no Estado de São Paulo, como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* São Carlos, Universidade de São Paulo (USP) *campus Cidade Universitária e campus* São Carlos. As suas atuações compreendiam atos decisórios no movimento estudantil, participações em assembleias, Centros Acadêmicos (CAs) e Diretório Centrais dos Estudantes (DCEs) de seus cursos e universidades. A pesquisa centrou-se na participação de mulheres que participaram da base do movimento estudantil e não em suas lideranças. Por demarcar espaços políticos de hegemonia masculina, mas que muitas vezes são ocultados ou silenciados por demonstrarem a base como uma construção única de todos, optou-se pelo conhecimento e pela desmistificação desses espaços.

A história oral não serve apenas para nos apresentar fascinantes relatos subjetivos – embora este seja um de seus maiores e duradouros atrativos. Ela é capaz de chamar atenção para a vida de seus narradores e as sociedades nas quais estas vidas são vividas. E se fracassasse nisso, não teria significado político algum. Não almeja estatuto ficcional; a história oral está enraizada no mundo de forma única (PATAI, 2010, p. 142).

Relatos de mulheres politicamente atuantes dentro do movimento estudantil e suas relações entre feminismo e gênero

Os diálogos sobre as questões de gênero no movimento estudantil não estavam presentes como na atualidade, estavam em seu início e no começo do debate na década de 1990, de modo que suas discussões nem sempre eram citadas, nenhum questionamento sobre o assunto era feito pelos grupos da época. As questões e os preconceitos sempre estiveram marcados, mas de certa forma eram escondidos, de maneira que sem se dar conta as meninas reproduziam alguns rituais que acontecia em um primeiro plano na sociedade, era o modelo a ser seguido, como é relatado a seguir:

Não tinha nenhum grupo que levantasse um “A” sobre essas questões, mas elas estavam presentes. Mas naquele momento não tinha ninguém que levantasse essas questões, pelo contrário, até as próprias meninas que estavam envolvidas reproduziam do mesmo jeito o discurso, o bino. Era o encontro do time da USP contra o time da Federal, mas sem nenhum questionamento, seja mais organizado de movimento feminista, por exemplo, que hoje a gente tem presente e tem movimento feminista presente na universidade de vários matizes, inclusive, sobretudo lá em São Carlos. Mas também você não tinha nenhum tipo de conversa entre as meninas que participavam do movimento estudantil, isso não era posto naquele momento. Essa questão não era posta no caso específico do movimento estudantil que eu participei, das discussões que eu participei, ela não era sequer levantada por ninguém. Não é que ela era abafada ou ela era posta em segundo plano por um grupo de homens ou meninos que a colocavam em segundo plano, não! ela não era levantada (Cora, entrevista de 13/3/2105).

Os relatos tomam base de uma dimensão sexuada da sociedade e da história, como afirma Perrot (2012), antes ignorada e interpretada pelo sexo masculino e que excluía e negava as discussões pautadas na violência moral contra a mulher, em que a ótica masculina era vigente. Muitas vezes sentia-se a exclusão, mas não havia maneiras de se manifes-

tar, calava-se a voz das mulheres, o que era entendido como uma forma de negar sua existência, apagar e silenciar, de se conformar a não discutir pela falta de importância, pela falta de palavra:

Tem a discriminação, era coisa que a gente sentia, mas não era discutida, não fazia parte daquele universo, não era debatida, acho que, talvez, era mais velado. Eu pelo menos não participei dos movimentos de gênero, eu não lembro se tinha, porque eu não participei. Talvez a gente sentisse isso e era inconsciente, mas na época não tínhamos essa pauta na cabeça, as questões de gênero não tinham essa relevância (Helena, entrevista de 29/3/2015).

O não falar, não discutir mantêm a ausência de diálogo que se coloca em diversos campos, no caso do campo social feminino atuante no movimento estudantil, corrobora para as práticas machistas apontadas nas memórias, ditas como não sentidas naquele momento, mas que, no exercício de memórias, quando narravam as lembranças durante as entrevistas, fez-se o questionamento das práticas vivenciadas no passado, com a memória do acontecido e as vivências atuais, as questões não trabalhadas são olhadas de uma outra maneira. A Educação Superior feminina, além de tardia, tem como modelo de representação dentro da universidade de muitos cursos e disciplinas desvalorizados por serem compostos de mulheres, em sua maioria:

Nesse contexto tem alguns estigmas externos, aquele curso “só tem mulher”. Isso já é carregado de um juízo de valor de colocar um peso da diferença negativa. No meu modo de pensar, no sentido de alguns caras falarem e se interessarem pela área de conhecimento e dizerem que não fariam o curso que “só tem mulher”, como se fosse menos importante, um equívoco que precisa ser superado ainda hoje (Mariana, entrevista de 16/3/2015)

O movimento estudantil para essas mulheres aparece de forma geracional, sendo que em algum momento de suas vidas ele esteve presente, em outros é um movimento que marca suas atuações para continuar em outras instâncias políticas, como relatado:

É um espaço de militância que não foi só dentro do movimento estudantil, mas o movimento contribuiu para que eu me tornasse uma militante de es-

querda, o movimento estudantil foi fundamental... O movimento estudantil tem uma peculiaridade, ele pega você em uma fase que ela é geracional, ela vai terminar. Você nunca vai ser eternamente do movimento estudantil, você pode ser eternamente do movimento de mulheres até você morrer, do movimento partidário até você morrer, mas do movimento estudantil você não será eternamente, é uma característica específica desse movimento, ele vai pegar as pessoas numa determinada fase geracional da vida delas, ele vai ter sempre um fim porque você irá entrar e sair. Ele tem um papel, em minha opinião, fundamental para a formação política de mulheres e homens (Violeta, entrevista de 16/4/2015)

Breve história dessas mulheres no movimento estudantil

As mulheres entrevistadas, jovens estudantes universitárias denominadas Cora, Mariana, Helena e Violeta (idades entre 18 e 23 anos durante a época de estudantes), apresentam suas lutas no movimento num contexto político e econômico que se transformou diante dos seus olhos, quando o espaço público da universidade passou por severas transformações sociais e econômicas, sendo ainda “assombrado” pela ditadura civil-militar brasileira, ainda recente em suas falas quando expressam a universidade como espaço de movimento democrático, movimento esse que na presente década começa a se consolidar novamente.

Cora

Deixa-me ver por onde começar. Eu entrei na universidade em 1991, antes disso, na escola, no Ensino Médio, eu até tive um momento de organização de um grêmio, de participar de um grêmio, uma coisa assim. Era um momento que isso não era forte na escola. Na verdade, boa parte da minha educação no Ensino Médio, que na minha época não era esse o nome — chamava-se Primário, Ginásio e Colegial —, toda a minha formação escolar aconteceu sob a ditadura. Esse tipo de organização não existia na escola e com o passar dos anos a gente teve uma abertura política, essa abertura política veio na verdade com a primeira eleição em 1989 e com isso eu passei a ter na escola, no Colegial, no segundo e terceiro ano do Colegial, tive disciplinas como filosofia e sociologia. Ah, desculpe! Não tive sociologia, eu tive somente psicologia e fi-

losofia. Antes disso o que a gente tinha na escola era uma disciplina que chamava OSPB (Organização Social e Política do Brasil), mas que era uma propaganda da ditadura, e uma disciplina que se chamava Educação Moral e Cívica, que também era uma disciplina para se cantar o hino nacional, para entender os símbolos da pátria [...]. Era uma “coisa horrorosa”. Nesse período da escola eu tive um pequeno envolvimento com a criação de um grêmio, mas que não deu certo. A minha primeira relação com qualquer coisa que possa ser próxima da organização estudantil foi essa.

Entreí no curso de Ciências Sociais, em 1991, que é um curso que, pelas suas características, está implicado na discussão política, no debate político, na organização em movimentos [...]. Há uma relação muito estreita entre o curso e uma certa vontade de participação.

O primeiro envolvimento maior foi com a criação, na verdade, do Centro Acadêmico, porque a minha turma de Ciências Sociais da UFSCar foi à primeira turma do curso. Não tínhamos histórico do curso, não tínhamos nenhuma turma anterior [...]. Ser a primeira turma de um curso tem inúmeras vantagens e tem algumas desvantagens. O curso iniciou com a universidade em seus vinte anos.

Para nós foi extremamente rico ser a primeira turma, porque nos permitiu, inclusive, esse contato muito estreito, profícuo e proveitoso. Enquanto estudantes tivemos professores que tinham um histórico de participação e experiência. Então, a primeira coisa que a gente fez foi um Centro Acadêmico, que se tornou o Centro Acadêmico de Ciências Sociais. O Centro Acadêmico que leva até hoje o mesmo nome, CAJAR, que é Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues, que foi o professor que idealizou o curso de Ciências Sociais na UFSCar.

Esse nome é uma homenagem ao professor José Albertino Rodrigues, pois, depois de uma greve imensa em 1991, uma greve de 104 dias, o professor voltou para terminar o semestre. Esse foi o primeiro semestre de nosso curso que terminou em dezembro ou janeiro, já não me lembro mais, e no dia que ele estava indo aplicar a prova o professor teve um acidente, um caminhão passou por cima de seu carro. Ele morreu com sua esposa, também professora da universidade, e mais um pedreiro que estava de carona com eles. Então o Centro Acadêmico se organizou e leva o nome dele até hoje.

Minha participação na universidade começa a partir desse Centro Acadêmico, a partir da representação dos conselhos, no conselho de curso, no conselho do departamento [...]. As pró-reitorias não tinham separado os conselhos, existiam os conse-

lhos de Ensino, Pesquisa e Extensão no mesmo conselho, hoje cada conselho é desmembrado.

Durante toda a minha graduação, depois também no mestrado e doutorado, eu sempre participei ativamente do movimento estudantil, de todas as instâncias também na universidade, dos Conselhos e do Centro Acadêmico. De modo geral sim, a participação na universidade ela foi um pouco nesse sentido de grande envolvimento universitário e no movimento estudantil.

Mariana

Eu acho que a memória mais forte do período da década de 1990, olha, seria a segunda metade da década de 90 o relato que tenho para fazer, entrei na Universidade de São Paulo no ano de 1996. Quando eu entrei na Universidade de São Paulo o primeiro contato que eu tive com o movimento estudantil foi no DCE (Diretório Central dos Estudantes), eu cheguei como pleiteante de bolsa moradia. Eu e outros amigos, naquele primeiro ano, morávamos no município de São Paulo, nossa faixa de renda se enquadrava no perfil para residência estudantil, isso era o que me fazia querer a moradia estudantil.

Eu morava no extremo na zona leste de São Paulo e levava três horas pra chegar em São Paulo, o caminho era de um ponto a outro, do extremo da zona leste, e a USP no extremo da zona oeste, totalizando três horas em conduções, num ônibus do Itaim Paulista até o Brás, que levava coisa de uma hora e, pouco depois, do Brás e mais um trecho de trem, na época não tinham as conexões melhoradas, razoavelmente melhoradas que tem hoje na cidade e, para chegar, mais um outro ônibus até a universidade, no campus, ao final com tudo isso eu contava três horas quando não tinha nenhum imprevisto. Mas por conta de morarmos dentro do município de São Paulo eu não consegui [a moradia estudantil] e outros colegas também não, moravam na periferia e tinham um perfil socioeconômico de baixa renda também não conseguiram pelo mesmo critério. Eu integrei um grupo daqueles que não conseguiram vaga, principalmente por um critério de renda. Nós sabíamos de outros colegas nossos que moravam em outros municípios ou cidades do interior, outros lugares e haviam conseguido a moradia da universidade e nós sabíamos também, inclusive, que eles recebiam mesada e isso causou uma revolta, uma grande indignação! Fizemos uma ocupação do térreo, foi uma ocupação de um bloco recém-reformado e com isso o térreo ele estava com uns beli-

ches, mas ainda não tinha sido disponibilizado, participei desse movimento de ocupação em meu primeiro ano na universidade.

Com esse primeiro ano vindo desse movimento de ocupação entramos numa lista de espera e fomos morar como hóspede, e no ano seguinte com a mesma documentação, no segundo ano na universidade e com o relato que nós participamos, nos submetemos a morar no alojamento coletivo, não é por outro motivo e sim o principal motivo é por uma questão de necessidade, e isso fez com que a gente se aproximasse das pessoas que organizavam esses movimentos relacionados ao acesso estudantil, não só o acesso ao curso, pois já havíamos passado no vestibular, mas a permanência, uma vez lá dentro como se manter na universidade?

No segundo ano eu prestei um concurso, não era exatamente um concurso, era um processo seletivo para trabalhar como funcionária da universidade, como uma técnica de laboratório, como temos aqui os TAs, eu prestei e passei, fiz a graduação à noite e trabalhando CLT como funcionária da USP. Eu combinei essas duas atividades, como aluna participando sempre das atividades do Centro Acadêmico, um período em que o curso de geografia do qual eu fazia parte era muito articulado com o curso de geografia de outras universidades em São Paulo e tinha uma articulação forte regional. Os eventos regionais, os eventos nacionais, os conselhos eles eram muito ativos, e com o presente período os eventos realizados em universidades federais encontravam-se em situação lastimável, muito difícil.

Pelo movimento estudantil, resumidamente para o movimento estudantil, essa questão principalmente da articulação entre os estudantes da geografia e encontros nacionais e regionais, com pautas vinculadas a política educacional, outro fato importante na década de 1990, lembrando das mudanças dos parâmetros curriculares que aconteceram nesse período também, reduziram a carga horária que ajustaram a entrada das universidades privadas aos montes nesse processo, esse período é neoliberal, bem, o período de Fernando Henrique Cardoso; e com tudo isso vieram as receitas para a redução da carga horária dos cursos, aqueles formatos dos cursos de três anos. Depois disso começam a aparecer as graduações de três anos, tudo menos, se fazia mestrado era em três anos, hoje se faz em dois anos, hoje se fala em um ano, então sempre menos, sempre mais números e menos tempo de trabalho.

Helena

Eu entrei na universidade em 1991, eu já tinha toda uma caminhada política. Eu entrei acho que tinha uns vinte e três anos, era um pouquinho acima da média das pessoas que entravam com dezoito, dezenove anos. Eu já tinha toda uma caminhada de organização, principalmente em comunidades mais pobres. Fui educadora social de meninos e meninas de rua, atuei um pouco na pastoral do menor que era bem politizada na década de 1980. Eu vim pra Ciências Sociais querendo instrumentalizar minha prática. Como fui da primeira turma de Ciências Sociais sei da importância para os cursos de graduação ter seus Centros Acadêmicos, a questão de organizar um Centrinho era vital.

No sentido de organização como um todo, o curso de Ciências Sociais não tinha um Centro Acadêmico e era a primeira turma, eu tenho essa veia meio de querer organizar, participar, porque eu via na UFSCar as coisas são muito politizadas, as coisas são muito discutidas, muito debatidas.

Logo no primeiro ano teve uma greve de cem dias, os professores foram nas classes explicar o motivo da greve. Os estudantes não tinham uma relação direta com a greve dos professores, mas se reuniram e fizeram uma assembleia, toda essa movimentação impelia pra gente continuar, me fascinava um pouco no sentido de participar de alguma coisa.

Bem, daí tem duas coisas, era uma época, a década de 1991, estávamos no segundo ano do governo Collor e 1992, agora não me lembro da data, foi o impeachment. Tinha duas coisas, participação da vida política da universidade como um todo e a participação mais específica que era o Centro Acadêmico de Ciências Sociais. No final do ano, depois de uma greve de cem dias, redução da turma, mas, mesmo assim, conseguimos organizar o Centrinho que era vital porque assim que abrem os cursos nem sempre a universidade dá toda a estrutura, não tínhamos laboratório de informática, livros, então precisávamos nos organizar.

Precisávamos também ter um espaço para o Centrinho e nos organizamos e, por conta, disso no final do ano conseguimos constituir o CAJAR, Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues, que era o professor e cofundador do curso de Ciências Sociais, mas que havia falecido num acidente na rodovia quando estava vindo dar aula pra gente. Ele foi fundador do DIEESE, foi presidente do SBPC, era um cara super atuante e decidimos que esse seria o nome do Centrinho.

E, particularmente, a minha trajetória é cheia de ingenuidades. Na realidade eu fui militante na pastoral do menor, na época em que estava se articulando para levar a emenda parlamentar que deu origem ao ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), era uma coisa mais de comunidade, de tentar juntar a comunidade, nós fazíamos encontros ecumênicos do menor. Várias religiões como presbiterianos, protestantes, católicos, gente de outras denominações católicas, mas como uma pauta única, o código do menor. Por conta da situação não se sustentar, as diferenças eram deixadas de lado, estávamos unidos por um mote em comum, as diferenças enriqueciam as discussões e a causa comum era a luta pelas crianças e adolescentes. Havia uma certa tolerância entre os discursos, você não era destrutado pela sua posição, era uma coisa mais dialogada, era comunitária [...]. E você entra aqui e eu vejo uma estrutura que eu desconhecía de partidarismo, de ter que bater de frente o tempo todo [...]. O consenso não existe porque uma ideia sobrepõe a outra e você não tem um diálogo com as pessoas, entre as lideranças. Sai de um mundo totalmente diferente, foi um aprendizado. Eu nunca fui de impor minhas ideias, nunca me coloquei numa posição radical, eu acho que a política você também faz no diálogo.

Violeta

Antes de entrar na universidade eu tive uma participação no Ensino Fundamental. Naquela época era um centro cívico que hoje nem existe mais (risos), ainda bem. Na ditadura era o centro cívico, mas não era uma atuação política, não existia essa atuação como é hoje, essa discussão mais política da sociedade, mas porque também no Ensino Fundamental, aos treze, catorze anos, você não tem ainda bagagem nem de vida, nem teórica, nem acadêmica, nem nada de formação. Sempre tive uma vontade muito grande de participar. Essa foi a única participação fora do movimento estudantil.

Eu comecei no movimento estudantil no final da década de 1980, no ano de 1989, o ano que eu entrei na universidade, mas a minha atuação maior foi durante a década de 1990, na minha graduação. Eu não atuei no movimento secundarista, eu não tive oportunidade, mas quando eu entrei na universidade eu tinha muita vontade porque os professores falavam muito que a gente tinha que ter grupos de estudos de política. E eu tive muita vontade de ter uma participação, sempre tive, mas nunca me organizei para formar um coletivo antes do movimento estudantil.

Quando eu entrei na universidade eu fiquei muito decepcionada no começo, porque eu entrei no curso de Ciências da Computação da USP e não gostei do curso, eu não gostei de nada, não gostei da USP, não gostei de coisa nenhuma [e] achei que não era aquilo, achei que a universidade seria um lugar que as pessoas iriam se abrir para o mundo, que você ia discutir um monte de coisa. Eu cheguei lá e parecia o Ensino Médio, mais difícil, certo? Eram as aulas, os trabalhos, os espaços e você não tinha nenhum espaço institucional pra se discutir carreira, nenhum espaço institucional pra discutir a sociedade, você estava se formando para quê? Eu sentia uma deficiência muito grande nisso, era um objetivo que eu tinha quando eu entrei. Eu entrei e fui ser monitora de um cursinho popular, desde aquela época o cursinho do CAASO era muito forte, fui ser monitora de literatura lá no cursinho.

E um dia eu estava formando uma chapa para o CAASO, no final de 1989, em setembro de 1989, que era o Centro Acadêmico da USP, Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira, e comecei a participar das reuniões e gostar, eu não entrei oficialmente na chapa, mas a gente funcionava como um grande coletivo, então tinha o pessoal que ficou somente na chapa e o pessoal que ficou no apoio, trabalhávamos com um coletivo maior que a diretoria, ganhamos a diretoria e eu me envolvi no movimento estudantil a partir do CAASO, no final de 1989, a gestão foi de 1990 a 1991.

Eu comecei a participar da vida política universitária, na verdade na participação de uma mobilização, e minha atuação foi aumentando no movimento estudantil. Foi uma década muito difícil para as universidades e para o movimento estudantil, que a gente vivia e viveu a eleição do Lula e do Collor, o Collor ganhou e teve um desmonte muito grande no nosso país, não foi só nas universidades, mas de tudo e foi uma crise muito forte.

Foi um momento a década de 1990 para as universidades e pra quem estudava nessa época, foi um período muito difícil, [pois] o país passava por um momento um pouco complicado. Eu me formei em 1995, ingressei em 1989 na Computação, fiz dois anos de Ciência da Computação. Quando cheguei ao final de 1990 eu prestei vestibular porque eu não queria continuar esse curso, eu decidi que realmente não era isso e prestei Engenharia de Produção. Fiz Engenharia de Produção e me formei em 1995, eu fiz 1991, 92, 93, 94 e 95 e me formei, na verdade eu fiquei sete anos na USP e praticamente todo esse tempo no movimento estudantil. Em alguns momentos com maior envolvimento e [em] outros momentos em que eu estava quase me formando, com menor envolvimento porque tinha outras prioridades.

Considerações finais

Dentro desse contexto de atuação da mulher no universo público resgatou-se a memória dessas mulheres que se engajaram no movimento estudantil. A experiência no movimento estudantil permitiu a participação feminina de forma abrangente, construindo-se uma identidade de mulher atuante para cada uma delas. Com a pesquisa teórica apresenta-se o conceito de gênero como um conceito que inclui na história as vivências femininas. O termo gênero amplia, portanto, as discussões entre o feminino e o masculino, pois suas pesquisas dão ênfase aos estudos da mulher sem se sobrepor ao homem, sem criar qualquer tipo de hierarquização. A pluralidade do movimento estudantil ainda é caracterizada fortemente pela lógica de participação masculina e, como relatado por todas as entrevistadas, é um espaço de formação e educação política no qual essas mulheres tiveram diálogo e hoje carregam essas experiências para a vida.

A participação de mulheres no movimento estudantil e suas histórias, revelam-no como um espaço masculinizado em que as discussões sobre feminismo e gênero estavam ausentes, ainda na década de 1990. As memórias destas mulheres retratam que o universo do movimento estudantil está carregado de sentidos e vivências e, sobretudo, demonstra-se como ambiente de luta e subversão da opressão feminina em locais políticos.

Conclui-se que as representações de trajetórias femininas na história, na política e vida social, em existência, nas memórias da realidade social concreta das atividades no movimento estudantil a partir de 1990, podem contribuir para um aprofundamento maior da presença feminina no movimento estudantil e na universidade brasileira, bem como para a própria história da educação e do ensino superior brasileiro, em específico.

Referências

- ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- COSENTINO, Milena. C. **A memória coletiva e a construção da identidade em famílias da Sociedade Israelita de Ribeirão Preto**. 2013. 213f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – FFCLRP- Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, Campinas, 1997, n. 8/9, p. 319-342.
- KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PEDEX – Programa Educativo Dívida Externa. **O Neoliberalismo. Ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres**. São Paulo: DESER, 1993.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 25-37.
- SILVA, Mayris de Paula. **Memórias de Mulheres do Movimento Estudantil: participação, gênero e educação**. 2016. 149 fs. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2016.